



Economia Política do Jornalismo: campo, objeto, convergências e regionalismo

Jacqueline Lima Dourado
(Organizadora)

1ª Edição



Teresina - Piauí
2013





De acordo com a lei nº 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais.

© 2013 Copyright by Jacqueline Lima Dourado
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil
CEP: 64049-550 - Todos os direitos reservados

Editora filiada à



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Reitor: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes
Vice-Reitora: Profª. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (Presidente)
Des. Tomaz Gomes Campelo
Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz
Prof. Dr. José Renato de Sousa
Prof. Manoel Paulo Nunes
Profª. Iracildes Maria Moura Fé Lima
Prof. Dr. João Renôr Ferreira de Carvalho

Equipe Editorial
Projeto Gráfico e Capa: Renan Marques

Revisão de Originais: Marcia Turchiello Andres,
Marileide Pedro da Silva e
Denise Maria Moura da Silva Lopes

E19 Economia política do jornalismo: campo, objeto, convergência e regionalismo / Jacqueline Lima Dourado Organizadora. - Teresina: EDUFPI, 2013.
350p.

ISBN: 978-85-7463-623-8

1. Jornalismo. 2. Indústrias Culturais. 3. Comunicação.
I. Dourado, Jacqueline Lima. II. Título.

CDD:070

Contato Autora: jacdourado@uol.com.br / Fone (0xx86) 9981 0022





Sumário

Prefácio

Introdução

Jornalismo

Capítulo 1 23

Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas interfaces entre estudos sobre jornalismo e Economia Política da Comunicação

Carlos Eduardo Franciscato

Capítulo 2 49

Blogs como Instrumento de Legitimação de Lutas Sociais em Cuba: o caso do blog Generación Y de Yoani Sánchez

Maria das Graças Targino

Capítulo 3 75

Coluna Opinião do Jornalista292: Espaço Público de Discussão e Interferência do Meio

Graciele Barroso e Maria de Sousa Santana





Capítulo 4	91
O crescimento da mídia impressa sob o controle econômico do Estado	
<i>Sérgio Mattos</i>	
Capítulo 5	109
Economia política do jornalismo televisivo moçambicano	
<i>João Miguel</i>	
<i>Inácio Júlio Macamo</i>	
Capítulo 6	127
Possibilidades de estudos da EPC para o jornalismo (esportivo)	
<i>Anderson David G. dos Santos</i>	
<i>Televisão</i>	
Capítulo 7	155
Legislação regulatória da televisão nos países de língua oficial portuguesa	
<i>Valério Cruz Brittos</i>	
<i>Luciano Gallas</i>	
Capítulo 8	181
La televisión pública en América Latina: condicionantes y desafíos	
<i>Martín Becerra</i>	





Capítulo 9	209
Estratégias da Rede Globo na passagem para digitalização	
<i>Luciano Correia dos Santos</i>	
 Capítulo 10	 233
Vozes em disputas: lugares oficializados no processo de implantação da TV digital no Brasil	
<i>Denise Maria Moura da Silva Lopes e Paulo Fernando de Carvalho Lopes</i>	
 Capítulo 11	 251
“Refém do seu controle remoto”: as afetações da lei que regulamenta a TV por assinatura na perspectiva da Economia Política da Comunicação	
<i>Jaqueline da Silva Torres, Maria dos Remédios de Sousa Bezerra e Mayara Sousa Ferreira</i>	
 Capítulo 12	 269
Desafios da TV digital na prestação de serviço público	
<i>Carlos Jorge Barros Monteiro</i>	
 <i>Estudos sobre TV e Jornalismo no Piauí</i>	
 Capítulo 13	 293
Caminhos cruzados do jornalismo e mercado: a produção de conteúdo no Jornal do Piauí	
<i>Samária Araújo de Andrade e Jacqueline Lima Dourado</i>	





Capítulo 14 315

Programa Viva Piauí 2016: Nós Podemos Competir e as estratégias de diferenciação da TV Cidade Verde no mercado de comunicação do Piauí

Isabela Naira Barbosa Rêgo e Jacqueline Lima Dourado

Capítulo 15 335

A participação do telespectador no Jornal Agora, TV Meio Norte (PI): um estudo da convergência midiática no jornalismo piauiense

Helenilda Nunes Soares de Brito e Marcia Turchiello Andres

Capítulo 16 349

O caso dos processos de convergência no grupo de mídia teresinense Cidade Verde

Larissa Nogueira Moura. Rodolfo Silva Ribeiro e Jan Alyne Barbosa e Silva

Capítulo 17 369

Mídia Televisiva Local: Construção da Comunicação Comunitária

Wilton César Lopes Rêgo





1. Possibilidades da Economia Política do Jornalismo nas interfaces entre estudos sobre jornalismo e Economia Política da Comunicação

Carlos Eduardo Franciscato¹

Introdução

Este artigo propõe pensar a constituição da Economia Política do Jornalismo como uma nova área especializada de estudo, na intersecção entre Economia Política da Comunicação e estudos de jornalismo². Optaremos realizar esta discussão por meio de sua contextualização nos debates sobre a constituição epistemológica do campo da comunicação. Para isso, recorreremos a conceitos centrais como paradigma, campo e disciplina, bem como formas de cruzamento disciplinar, inseridos nas discussões sobre interdisciplinaridade.

Com base em uma pesquisa bibliográfica sobre literaturas que procuraram realizar este cruzamento disciplinar, procuraremos

1 Professor da Universidade Federal de Sergipe. Jornalista. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. E-mail: cfranciscato@uol.com.br

2 Utilizaremos como sinônimos, neste artigo, as expressões estudos sobre jornalismo, estudos de jornalismo, estudos em jornalismo e teorias do jornalismo, embora haja, dentro desta comunidade de pesquisadores, preocupação em diferenciar o significado destes termos.





explorar a hipótese geral de que a Economia Política do Jornalismo é uma construção teórica que indica um certo nível de integração entre duas especializações de pesquisa no campo da comunicação, a Economia Política da Comunicação e os estudos de jornalismo. Aplicaremos então procedimentos analíticos para perceber situações de interação, integração, diálogo e aplicação conceitual entre ambos. Por fim, reconhecemos a possibilidade concreta da EPJ como nova especialidade, mas indicaremos desafios interdisciplinares a serem vencidos para alcançar uma necessária articulação conceitual.

Pressupostos para considerar as interfaces: paradigma e campo científico

Os debates nas últimas décadas sobre a formação do conhecimento científico em diversos campos do saber têm tido em Thomas Kuhn um participante proeminente, menos como interlocutor direto dos debates, mas principalmente pela saudável contribuição que forneceu ao propor um modelo explicativo para o avanço das ciências, apresentado em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2009). A definição que ofereceu ao conceito de paradigma tem um efeito analítico eficaz para explicar a atuação de uma comunidade de cientistas comprometidos com movimentos de construção de consensos e sua consolidação como “ciência normal” (2009, p. 29) e, ao mesmo tempo, o surgimento de “crises” desta verdade baseada neste procedimento de validação do conhecimento para, em consequência, a construção de novos consensos.

Kuhn caracteriza um paradigma como um conjunto de pressupostos que proporcionam os fundamentos para a produção do conhecimento científico, na forma de leis, teorias e técnicas para aplicação e instrumentalização da produção de conhecimento que sejam aceitos e compartilhados pela comunidade científica. Em outras palavras, são “realizações científicas universalmente conhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (2009, p.13).





Quando uma comunidade científica adquire um paradigma, “adquire igualmente um critério para a escolha dos problemas que, enquanto o paradigma for aceito, podem ser considerados como dotados de uma solução possível” (Kuhn, 2009, p. 60). Nas instituições acadêmicas, o estabelecimento de um paradigma dominante se manifesta na criação de publicações especializadas, fundação de sociedade de especialistas e pela reivindicação de sua inserção nos currículos acadêmicos de estudo.

Quando um paradigma se mostra deficiente ou insuficiente para explicar um fenômeno ou uma realidade, instala-se um estado de crise:

A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal. (...) O fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras (KUHN, 2009, p. 95).

Ao defender a perspectiva de uma verdade consensual, Kuhn reforçou um afastamento à noção de uma verdade científica que se estabelece de forma auto-evidente e inseriu uma processualidade na sua construção. Há, no entanto, uma descrição limitada desses processos que, em sua maioria, são de natureza social. Citaremos dois autores que fazem esta crítica a partir da perspectiva da teoria social, um do ponto de vista epistemológico e outro interacional.

Giddens (1996) identifica, no modelo de Kuhn, uma ênfase excessiva na ideia de unidade interna de um paradigma, o que destoaria do desenvolvimento histórico das ciências sociais, baseado em escolas rivais normalmente enraizadas em diferenças epistemológicas. Além disso, o paradigma é concebido como um sistema fechado de premissas epistemológicas, o que não se adequa às ciências sociais, de base interpretativa, em que há variação de significados para objetos conceituais e fenômenos sociais. Giddens considera que tal formulação não permite compreender as disputas sobre interpretações que criam





pontos de interações entre quadros de significado de teorias distintas.

Em Bourdieu (2004), a crítica a Kuhn é formulada como parte de um movimento de apresentação de um novo modelo de análise da construção do conhecimento, o campo científico. Inicialmente, Bourdieu reconhece os méritos da proposta kunhiana em perceber o desenvolvimento da ciência em um fluxo descontínuo, uma alternância entre normalidade e ruptura, assim como a atuação de uma comunidade (os cientistas) construindo consensos sobre conhecimentos válidos. Ao mesmo tempo, Bourdieu percebe na noção de paradigma uma centralidade a uma ideia de regras e normas inserido em uma perspectiva durkheimiana, o que dificulta a interpretação das mudanças propostas na análise das revoluções científicas (2004, p. 28-30).

Bourdieu reconhece, na concorrência, no conflito e nas lutas entre atores, fatores que são determinantes no funcionamento de um campo social. O campo científico apresenta uma ideia de comunidade de cientistas, mas não homogênea, unificada ou voluntariamente centrada em uma norma geral que é o paradigma. O campo social funciona por oposições, e o científico pela oposição entre consenso e conflito (2004, p. 67-8).

São intrínsecas ao campo científico relações de força e de poder entre cientistas em posições institucionais diferenciadas em decorrência do capital simbólico que possuem (autoridade e produtividade acadêmicas). Como consequência desta lógica, “capital simbólico atrai capital simbólico: o campo científico dá crédito aos que já têm; são os mais conhecidos que mais beneficiam dos ganhos simbólicos” (2004, p. 81). Neste raciocínio, o capital simbólico gera poder acadêmico e, em consequência, controle institucional sobre a ciência:

“todos os instrumentos de conhecimento, de concentração e acumulação do saber que, sendo também instrumentos de acumulação e concentração de capital acadêmico, orientam o conhecimento em função de considerações (ou estratégias) de poder acadêmico, de controlo da ciência” (2004, p. 57).





As relações de poder são manifestas na forma de posições desiguais dentro do campo científico e seu exercício implica um tipo de dominação simbólica. “Os dominantes impõem, de facto, como norma universal do valor científico das produções científicas, os princípios que eles próprios utilizam consciente ou inconscientemente nas suas práticas” (2004, p. 89). Assim, pesquisadores em posições dominantes em determinado campo científico exercem poder para definir, para todo o campo, procedimentos, temas, objetos e métodos, entre outros.

Paradigma, campo e disciplina em comunicação

Paradigma e campo, assim como ciência e disciplina, têm sido termos recorrentes para tentar definir a consolidação da área acadêmica de comunicação. Os membros desta comunidade têm executado um esforço, nas últimas décadas, de constituir um campo em um nível científico, acadêmico e institucional (ROMANCINI, 2006).

Este movimento passa, no entanto, pelo enfrentamento de questões que são também de ordem epistemológica. Martino (2003, p. 84) considera que um dos motivos da desconfiança sobre a cientificidade produzida no campo da comunicação é a ampla diferença entre saberes presentes no campo, oscilando entre uma perspectiva mais prática ou aplicada da comunicação, em que seu sentido disciplinar está fundado na dimensão da atividade comunicacional, e uma perspectiva transdisciplinar, em que a comunicação é, na verdade, um espaço de reflexão que se situa além de uma disciplina compartimentalizada.

Se tais aspectos revelam a riqueza do campo, são também fatores indicadores de problemas epistemológicos. Martino (2003, p. 85) cita quatro problemas ao saber comunicacional: 1) como definir o saber comunicacional (quais as fronteiras de um saber específico da comunicação)? 2) quais os fundamentos deste saber? 3) qual o





estatuto do conhecimento comunicacional? 4) Qual a relação deste saber com outros saberes? Tais questões se referem, na prática da pesquisa, a diferentes compreensões sobre o que é o objeto científico da comunicação.

A constituição da comunicação como disciplina ou “ciência” – uma das metas desta comunidade dos pesquisadores – tem sido, portanto, uma perspectiva com maior eficácia normativa do que epistemológica. John Hartley reconhece que os estudos de mídia, comunicação, cultura e jornalismo, mesmo com seu amadurecimento acadêmico, “ainda não se constituem como disciplinas em seu verdadeiro sentido”. Vinculado principalmente aos estudos culturais, o autor considera o termo “estudos em...” como forma de definir o campo de pesquisa em comunicação e cultura e o diferenciar das disciplinas clássicas (as “velhas humanidades”, em contraste com as “novas humanidades”) (HARTLEY, 2011, p. 17-18).

A pretensão de unidade e coesão ao campo da comunicação, seja por meio de teorias, conceitos, objetos ou metodologias minimamente consensuais, é questionada por Bolaño (2008), que rejeita a possibilidade de um paradigma unificador. Ao contrário, o autor defende que o campo poderia ter melhor caracterização com o reconhecimento da existência de paradigmas em disputa permanente. Nesta situação de conflito, dois grandes paradigmas poderiam ser aglutinadores de correntes densas de estudo: a economia política da comunicação, por um lado, e o paradigma pós-modernista. Como o autor constata que o paradigma pós-modernista se encontra atualmente em posição hegemônica no campo, sua proposta é reivindicar a centralidade da economia política da comunicação na construção do campo acadêmico comunicacional (BOLAÑO, 2008, p. 109-110).

A questão passa, então, pelas formas de co-habitação de grupos diferenciados de pesquisadores em uma área acadêmica comum e, ao mesmo tempo, a sua divisão em subcampos, especializações ou disciplinas. Por disciplina, seguiremos Bourdieu: “A disciplina é definida pela posse de um capital colectivo de métodos e conceitos espe-





cializados cujo domínio constitui o requisito de admissão tácito ou implícito no campo” (2004, p. 92).

A compreensão das disciplinas no ambiente científico indica duas questões importantes para o argumento que estamos desenvolvendo: as fronteiras e as intersecções disciplinares. Em Bourdieu,

As fronteiras da disciplina são protegidas por condições de acesso mais ou menos codificadas e restritivas; mais ou menos definidas, as fronteiras são por vezes contestadas por disciplinas afins. Pode haver intersecções entre as disciplinas, algumas inúteis, outras úteis, que oferecem a possibilidade de extrair ideias e informações de maior ou menor número e diversidade de fontes. (A inovação nas ciências engendra-se normalmente nas intersecções). (2004, p. 94).

Bourdieu enfatiza não o aspecto epistemológico envolvido na formação de disciplinas, mas a sua natureza institucional e relacional. As disciplinas se estabilizam em ambientes institucionais (laboratórios, departamentos, revistas, congressos) e direcionam a formação de processos de certificação de competências e premiações. Um determinado campo científico é então formado por disciplinas dispostas em posições específicas no campo, hierarquizadas conforme o capital de recursos coletivos que acumulou, o que garante maior autonomia ao campo em relação a constrangimentos externos (2004, p. 94).

Como a desigualdade na acumulação de capital científico manifesta-se em relações concretas de poder, a dominância de um paradigma no campo comunicacional abre o risco de concentração de recursos e hegemonização de certos modos e práticas científicas dentro do campo. E a tese de Bolaño da necessidade de co-habitação de paradigmas dentro do campo da comunicação torna-se uma forma de gerar situações de equilíbrio pelo reconhecimento dessa diversidade disciplinar.





De um ponto de vista histórico, o campo da comunicação no Brasil tem executado um movimento de auto-constituição em uma dimensão epistemológica e acadêmico-institucional (departamentos, faculdades, congressos, associações, periódicos científicos, cursos de graduação, expansão de programas de pós-graduação etc). Nesse aspecto acadêmico-institucional, há um duplo movimento histórico. Por um lado, pela unificação do campo: na graduação, com as diretrizes curriculares estabelecendo um tronco comum dos cursos da área em torno de Comunicação Social e suas habilitações; na pós-graduação, como o estabelecimento de critérios comuns para criação e avaliação de programas de pós-graduação.

Por outro lado, há um movimento de diversificação da área, com o surgimento de associações científicas focadas em conhecimentos especializados, com seus eventos, periódicos, temas e agendas programáticas. E, em consequência, com um movimento de autonomização epistemológica de subcampos especializados para afirmação de sua identidade teórica. Na pós-graduação, a expansão nacional dos programas por todas as regiões do País é um indicador de diversificação territorial dos locais de formação de pesquisadores. Este movimento se manifesta também na graduação, com a aprovação, em 2006, das diretrizes curriculares em cinema sem a característica de ser uma habilitação vinculada a um curso de Comunicação, e a proposta semelhante apresentada em 2009 pela subárea de jornalismo.

Os dois movimentos se realizam dentro de uma lógica de conflito e disputa que caracterizam um campo científico e, em alguns casos, polarizam modelos e agendas programáticas dos defensores da unificação do campo e dos defensores do reconhecimento da diversidade do campo.

A discussão tem perpassado a constituição epistemológica do campo, com a busca de modelos que expliquem e justifiquem a formação do campo, tanto pela diversidade interna (especializações) quanto externa (aproximações com outras disciplinas, campos e áreas



do saber). É uma abordagem reflexiva sobre o método lógico³ que sustenta a articulação entre saberes no campo e deste com os outros campos científicos para além da afirmação normativa de uma ciência da comunicação.

Na relação do campo da comunicação com outros campos científicos, Hohlfeldt (2004) não crê na permanência de uma situação hierarquizada, de dependência da comunicação com os demais campos, mas em uma “dialogia plena”: “a Comunicação Social se encontra em patamar semelhante às demais ciências sociais, dialogando com elas de igual para igual, chegando mesmo a contribuir com elas com alguns conceitos e algumas concepções fundamentais”.

Ponto central para esta reflexão é o debate sobre disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no campo da comunicação. Conduziremos esta discussão a partir das considerações de Huutoniemi et alii (2010, p. 81), que focam na investigação sobre a interdisciplinaridade envolvendo a superação de fronteiras conceituais e metodológicas entre campos de pesquisa, entendidos como uma comunidade de pesquisadores com um conjunto de questões ou problemas compartilhados, convergindo para um domínio de conhecimento. Os autores analisaram as interações entre campos, e não entre disciplinas, por considerar que estas últimas possuem diferentes usos e sentidos, desde epistemológicos até institucionais (por exemplo, nomes de departamentos acadêmicos).

Huutoniemi et alii (2010) procuram indicar dois polos principais nessa discussão, diferenciando multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. O elemento principal desta diferença é o grau e as formas de integração entre os campos. Apenas a perspectiva interdisciplinar busca a integração, desafiando fronteiras e estimulando intersecções.

³ Estamos seguindo Florestan Fernandes e executando uma distinção entre: a) um método lógico, referindo-se ao âmbito da interpretação da realidade; b) um método técnico de investigação, considerando este “as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos” (1972, p. 13). Neste sentido, utilizamos também as contribuições de Lopes (1994, p. 85-87) ao refletir sobre o caráter reflexivo da questão metodológica, entendida em uma dupla dimensão: metodologia da pesquisa (reconstruções metodológicas dos processos de investigação) e metodologia na pesquisa, a qual se constitui como “lógica em ato” que orienta a dinâmica real da investigação.



A integração pode ocorrer em um aspecto conceitual ou pragmático, realizando-se em três níveis: a) envolvendo a integração entre dados empíricos gerados por diferentes métodos de coleta de dados, com vistas a enfrentar um problema de pesquisa interdisciplinar; b) integração ou combinação entre diferentes aplicações metodológicas, utilizadas em um contexto interdisciplinar; e c) síntese, contraste ou combinação de conceitos e modelos, ou desenvolvimento de novas aplicações teóricas entre mais de um campo científico.

É comum entre acadêmicos a afirmação de que a interdisciplinaridade depende de disciplinas sólidas: “...em geral, esquecemos um princípio da autêntica teoria da interdisciplinaridade: tanto a interdisciplinaridade quanto a multidisciplinaridade supõem e solicitam disciplinas fortes como condição de sua possibilidade.” (GOMES, 2003, p. 327). Mas tal perspectiva é insuficiente para os que creem que o campo da comunicação se constitui transversalmente às disciplinas clássicas, estando a identidade epistemológica do campo exatamente nesses cruzamentos, fusões e integrações, orientados a partir de um fenômeno/objeto de estudo particular.

Uma das teses emergentes na comunidade de pesquisadores é a afirmação de que a comunicação é um campo acadêmico transdisciplinar que supera a disciplinaridade e estabelece “um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado” (LOPES, 2003, p. 287-8). Para a autora, a disciplinarização no campo comunicacional resulta em fragmentação do fenômeno e do conhecimento sobre ele produzido. Esta perspectiva quer superar as demandas por disciplinas sólidas características da interdisciplinaridade e pensar em um modelo “pós-disciplinar”. A transdisciplinaridade seria uma proposta de unificação teórico-metodológica do campo da comunicação.



Aproximações entre estudos de jornalismo e Economia Política da Comunicação

O percurso apresentado até aqui sobre a constituição do campo da comunicação oferece elementos para pensarmos a possibilidade de formação de uma nova área especializada de conhecimento, denominada de Economia Política do Jornalismo e de sua inserção no campo comunicacional. A partir das discussões anteriores, podemos relacionar alguns termos que seriam adequados para indicar a aproximação entre jornalismo e Economia Política da Comunicação: interação, integração, diálogo e aplicação, entre outros. Como hipótese geral para desenvolver o raciocínio proposto, iremos supor que a Economia Política do Jornalismo é uma construção teórica que indica um certo nível de integração entre duas especializações de pesquisa no campo da comunicação.

Seguem então alguns tópicos que consideramos fecundos para pensar a constituição de uma subárea denominada Economia Política do Jornalismo:

A densidade e o rigor científico da EPC e dos estudos de jornalismo

Considerar a aproximação entre Economia Política da Comunicação e os estudos de jornalismo demanda considerar inicialmente a densidade teórica das duas áreas. De início, é importante ressaltar que as comunidades científicas das duas correntes entendem haver formulado fundamentos teóricos densos e rigorosos, resultantes de um desenvolvimento conceitual, acúmulo de modelos explicativos e gerando uma demarcação epistemológica.

Bolaño considera a Economia Política da Comunicação como um “paradigma teórico completo (não hegemônico, por certo) derivado da Crítica da Economia Política, transversal aos diferentes campos das Ciências Sociais e, nesse sentido, holístico” (BOLAÑO, 2008, p. 99). O autor realiza uma abordagem detalhada da gênese e das bases teóricas da EPC no livro *Indústria cultural, informação e capitalismo*



(2000). Na caracterização da EPC, evita os termos ciência, disciplina ou teoria.

Os estudos sobre jornalismo reivindicam, também, uma maturidade científica que se expressa na diversidade de propostas teóricas, aplicações e variedade de fenômenos jornalísticos investigados, o que repercute na institucionalização do jornalismo como um campo constituído por três dimensões articuladas: a comunidade de pesquisadores, o ambiente acadêmico de formação profissional e o mundo do trabalho, formado por jornalistas e organizações jornalísticas. Esta articulação da pesquisa a uma dimensão da prática profissional legitimaria a especificidade do campo, atingindo um status científico que, para Elias Machado (2004), significaria a passagem dos estudos do jornalismo (estudos de quaisquer áreas do conhecimento que se debruçam sobre o jornalismo) para teorias do jornalismo (desenvolvimento teórico-metodológico específico ao campo). Teoria e disciplina são termos utilizados pelo autor para demarcar academicamente esta especificidade.

Em contrapartida, o termo paradigma é pouco utilizado pela comunidade de pesquisadores em jornalismo para representar este conjunto de estudos e teorias. Para Motta (2005), não é possível pensar em um único paradigma para representar estes estudos, tal a diversidade de abordagens existentes. O autor localiza, nestes estudos, a presença de dois paradigmas em confronto: o midiacêntrico, marcado pela centralidade dos mídias jornalísticos, e o sociocêntrico, em que o jornalismo é analisado em sua permeabilidade por relações e tensões sociais.

Historicidade da EPC e dos estudos de jornalismo

Bolaño (2004, p. 99) salienta que a EPC surge a partir da crítica da Economia Política, no ambiente histórico da Revolução Industrial e da consolidação do modo capitalista de produção na Europa, adquirindo maior relevância com a centralidade da comunicação e da





informação na nova estrutura do capitalismo ao final do século XX. Por sua origem, a EPC está relacionada à formação das Ciências Sociais e da Economia como disciplinas científicas, o que demanda uma situação de anterioridade em relação à determinação que as Ciências Sociais possuem sobre a formação do campo teórico-metodológico da Comunicação.

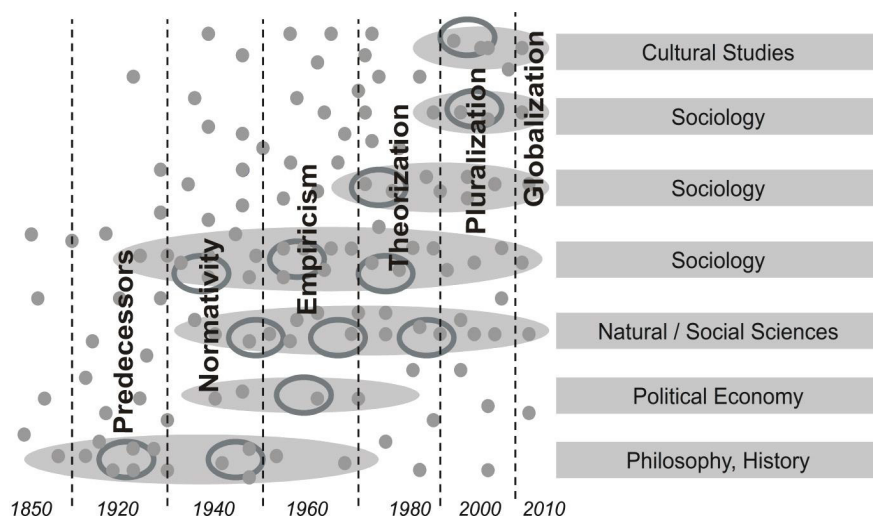
Os estudos de jornalismo possuem também uma inserção na sociedade que se transforma drasticamente. Jorge Pedro Souza (2007) localiza, em intelectuais a partir do século XVII, uma abordagem das transformações que a sociedade passou com o surgimento do jornalismo e a necessidade de sua compreensão e crítica como fenômeno e discurso. Beatriz Marocco e Christa Berger (2006; 2008) conseguiram reunir, em dois volumes, um compêndio de textos clássicos de pensadores do início do século XX que fundamentaram uma compreensão teórica sobre o jornalismo.

Dois autores são considerados inaugurais para o desenvolvimento de uma teorização sobre a especificidade do jornalismo: Tobias Peucer, que defendeu sua tese de doutorado sobre jornalismo em 1690 na Universidade de Leipzig, e Otto Groth (2011), que desenvolveu, na primeira metade do século XX, um conjunto de obras que contêm um conhecimento denso, conceitual, sistemático e autônomo sobre o jornalismo.

Löffelholz e Rothenberger (2011, p. 10) construíram um quadro ilustrativo (Quadro 1) destas contribuições de diferentes disciplinas científicas para configurar o jornalismo em sua especificidade em mais de um século de estudos. Além de indicarem as vertentes disciplinares, a análise propõe fases dominantes nas pesquisas em jornalismo, alcançando modelos complexos contemporâneos, em que o jornalismo se modifica também por transformações estruturais da sociedade, como a globalização.



Quadro 1 – Origens disciplinares dos estudos de jornalismo



Fonte: Löffelholz e Rothenberger (2011, p. 10)

O quadro acima indica tanto a presença predominante de disciplinas clássicas que fundamentaram a produção de estudos sobre o jornalismo em determinados períodos como sinaliza, dentro das elipses em cinza claro, certas formas de tratamento do objeto. Algumas dessas perspectivas são apresentadas por Löffelholz e Rothenberger (2011, p. 10-11): individualismo normativo com origens na filosofia e na história, teorias materialistas de mídia derivadas da economia política, empiricismo analítico (e legitimístico) com base nas ciências naturais e sociais, teorias de ação, teorias de sistemas e teorias social-integrativas baseadas em abordagens sociológicas, e estudos culturais.

É possível localizar, no quadro apresentado pelos autores, a presença de categorias da Economia Política aplicadas na apreensão e compreensão do jornalismo. Ao mesmo tempo, os autores não detalham essas contribuições. Ao inseri-las, indicam, de qualquer forma, a importância da Economia Política particularmente nos estudos de-

envolvidos entre as décadas de 1940 a 1980, provavelmente referindo-se a estudos críticos sobre a indústria cultural e a mercantilização da cultura e da comunicação, bem como as relações de poder, dominação e hegemonia que permeiam as organizações jornalísticas.

A posição dos estudos de jornalismo e da EPC no campo da comunicação

As trajetórias de constituição da Economia Política da Comunicação e os estudos de jornalismo são apenas dois exemplos das várias especificidades que caracterizam os movimentos de desenvolvimento teórico-conceitual no campo comunicacional e sinalizam a impossibilidade de um paradigma único, nem mesmo a hegemonização de um determinado paradigma em relação aos demais. Assim, o caráter de conflito e disputa epistemológica é inerente ao campo pela sua diversidade constituinte, e a ideia de diálogo e conflito só são operativos se forem preservadas essas diversidades em políticas de pesquisa e pós-graduação na área e executados os diálogos em situação de equilíbrio de poder.

A defesa da especificidade da área de jornalismo tem gerado acirradas disputas dentro do campo da comunicação, que se espalham por pelo menos três situações diferenciadas, mas inseridas no mesmo contexto de questionamento da identidade e autonomia do campo do jornalismo: a) o questionamento jurídico sobre a exigência de diploma de nível superior em jornalismo para o exercício da profissão; b) a reação contrária às novas diretrizes curriculares que reforçam a especificidade da formação em jornalismo; c) a luta pelo reconhecimento da densidade teórica dos estudos de jornalismo.

Neste caso, há um conjunto articulado de legitimidade e legalidade que geram capital simbólico no campo. As lutas que se fazem em torno desses itens ocorrem em disputa por autonomia e autoridade e possibilitam acumular poder simbólico (BOURDIEU, 1989) sobre a área acadêmica e profissional do jornalismo. A disputa em torno dos modos de pensar o jornalismo afeta as formas como ele se estrutura.



Sonia Serra (2006) identifica que a Economia Política da Comunicação “tem sido completamente ignorada” em diversos livros sobre as teorias ou métodos de pesquisa em comunicação. O diagnóstico, feito pela autora em 2006, pode ser relativizado em obras mais recentes (por exemplo, o livro de Benetti e Lago, 2007, Metodologia de Pesquisa em Jornalismo), ao mesmo tempo em que a produção brasileira em EPC continua frequente e significativa, penetrando fóruns específicos e principais congressos nacionais da área de comunicação.

Tipos de integração disciplinar

A hipótese de formulação de um modelo teórico denominado Economia Política do Jornalismo (EPJ) demanda um questionamento sobre como promover a aproximação entre a Economia Política da Comunicação e os estudos de jornalismo. Iremos conduzir esta questão a partir da perspectiva de que um verdadeiro esforço interdisciplinar que conduzirá à produção deste novo modelo teórico deve ser desenvolvido com um grau de interpenetração disciplinar. Ou seja, na base conceitual de uma EPJ, de que modos e em que graus as bases teóricas da EPC e dos estudos de jornalismo se conectam?

A proposta de uma Economia Política do Jornalismo parte, inevitavelmente, de um quadro teórico da EPC já salientado nos parágrafos anteriores. Portanto, vamos visitar, a título de exemplificação, algumas abordagens da Economia Política da Comunicação que tenham buscado aproximar-se do jornalismo.

O esforço principal da EPC nos textos a seguir foi o de indicar que o jornalismo, por ser um produto histórico, tem suas características moldadas por processos estruturais que, surgidos na “perspectiva de conjunto da Indústria Cultural e das indústrias culturais particulares nos marcos do capitalismo Monopolista” (BOLAÑO e BRITOS, 2006), vêm sendo afetadas pelas transformações do capitalismo contemporâneo. A adaptação do jornalismo ao modelo empresarial, seguindo as lógicas do capital comercial e industrial, representou uma





mudança estrutural na atividade jornalística, nas organizações, no seu produto e modos de mediação social com a introdução de lógicas mercantis.

Estudos de economia política da comunicação oferecem, então, à pesquisa em jornalismo, um quadro de abordagem de macro fenômenos e tendências que, sendo aplicados à atividade e organizações jornalísticas, explicitam condicionantes, modelos e processos gerais. Ao analisar, por exemplo, a atividade jornalística em um contexto de atuação dentro do padrão das redes digitais online, Bolaño (2006) indica que a análise deve inserir-se “como um processo de exploração capitalista de um tipo particular de trabalho intelectual”. Da mesma forma, Bolaño e Brittos (2006) veem na convergência, na multiplicidade da oferta de produtos por conglomerados e na flexibilidade de práticas e processos profissionais como transformações gerais das indústrias midiáticas cujos modelos de análise têm eficácia para a compreensão dos fenômenos jornalísticos.

Albornoz (2005) se dedicou a estudar a presença de editoras tradicionais de jornais na Internet, analisando os portais destes jornais durante o primeiro semestre de 2003. O autor buscou perceber as formas como as empresas tradicionais remodelam ou desenvolvem conteúdo para as redes digitais. Se no nível empírico os dados foram colhidos junto às empresas, o quadro teórico baseou-se em categorias oriundas da economia política. Dois fatores são centrais na sua pesquisa: o desenvolvimento das indústrias culturais e a mercantilização da cultura nas sociedades capitalistas, assim como o surgimento das novas redes digitais no campo da cultura e da informação e seus efeitos sobre as indústrias culturais (ALBORNOZ, 2005, p. 17). São esses dois quadros que delimitam a pesquisa empírica do autor e, ao mesmo tempo, limitam a compreensão sobre os fenômenos jornalísticos.

Na leitura que Sonia Serra (2006) faz de modelos de economia política a partir de autores britânicos e norte-americanos, a autora identifica linhas centrais desses estudos, focados na investigação dos





fatores econômicos e políticos que condicionam a estrutura dos meios de comunicação, seu papel social de mediação e as formas e conteúdos dos produtos midiáticos gerados. Sua intenção é demonstrar as potencialidades dessa abordagem para a pesquisa em jornalismo. Embora apresente os traços gerais dessas correntes, a sua aplicabilidade teórica e empírica nos fenômenos jornalísticos ou a convergência com os estudos em jornalismo são pouco explorados.

Ao citarmos os estudos de Bolaño, Brittos, Albornoz e Serra, queremos mostrar, (com risco de forçar traços comuns entre eles) que todos possuem um movimento semelhante de centrar-se no quadro teórico da EPC e, partir dele, desenvolver análises no âmbito conceitual da Economia Política, utilizando o jornalismo como abordagem referencial. Tais esforços, se por um lado têm o mérito de buscar ampliar a compreensão de fenômenos específicos, como o jornalismo, não podem ser considerados diálogos em um nível interdisciplinar entre Economia Política da Comunicação e jornalismo.

Isto porque, em um estudo interdisciplinar, a interconexão conceitual é inevitável: conceitos das duas disciplinas se refinam, se alteram, são reconstruídos a partir do cruzamento de fronteiras disciplinares, há a proposição de novos conceitos. Mesmo que os pontos centrais de contato sejam dados empíricos ou trocas metodológicas, ainda assim os conceitos e teorias são afetados. Nos trabalhos citados, não se percebe como os estudos em jornalismo possam ter influenciado na reformulação de alguma parte do quadro teórico da EPC.

Diferentemente destes, os textos de Danielle Souza (2006) e Virgínia Fonseca (2005) avançam na aproximação e formulação conceitual das duas matrizes teóricas que podem compor uma Economia Política do Jornalismo. Souza dedica-se a estudar as transformações do jornalismo em seu processo de ingresso nas redes digitais, desenvolvendo, a partir de Miège, Pajon e Salaün (1986) no âmbito da vertente francesa da Economia Política da Comunicação, um quadro geral de tendências que indicam as diferenças entre dois modelos de padrão comunicacional, as indústrias de edição e de onda. Souza re-





toma este quadro geral e acrescenta uma nova coluna, em virtude do surgimento do jornalismo online. Assim, todas as características anteriores das demais indústrias de edição e de onda são retomadas e aperfeiçoadas na análise do jornalismo em redes digitais, o que indica um esforço de formulação teórica, a partir do fenômeno jornalístico, sobre as teses gerais da EPC.

Virginia Fonseca (2005) vai mais além e consegue, em sua tese de doutorado, executar uma perspectiva interdisciplinar entre os campos teóricos da Economia Política da Comunicação e dos estudos de jornalismo. O seu argumento principal é que há relação entre as mudanças provocadas pela reestruturação capitalista e pelas novas tecnologias de informação e comunicação e a emergência de uma nova concepção de Jornalismo.

Para isso, a autora opera densamente tanto nos marcos teóricos da EPC quanto dos estudos sobre jornalismo. Por um lado, há uma percepção macro estrutural da transformação das indústrias de mídia, com o surgimento de conglomerados multimídia, a flexibilização da regulação, a concentração de propriedade, a monopolização dos mercados e a reestruturação tecnoprodutiva das empresas, que são “uma imposição da racionalidade dominante no novo ciclo do capitalismo monopólico” (FONSECA, 2005, p. 17).

Por outro lado, a investigação alcança fôlego para operar dentro do universo das teorias do jornalismo:

retoma-se a discussão teórica sobre a notícia como expressão do jornalismo, pré-requisito para a análise do conteúdo do jornal, analisa-se os critérios de noticiabilidade adotados como linha editorial em Zero Hora e argumenta-se em favor da hipótese da emergência de um modelo de jornalismo menos próximo do conceito de informação jornalística - relevante e de interesse público - e mais próxima do conceito de informação, prestação de serviço e entretenimento (FONSECA, 2005, p. 29).





Em Virginia Fonseca poderíamos aceitar a delimitação de uma Economia Política do Jornalismo (EPJ). Embora a autora não proponha um quadro conceitual próprio para esta subárea, nota-se visivelmente que o estudo se realiza por meio de uma intersecção da Economia Política de Comunicação e dos estudos em jornalismo, e a tese não seria demonstrada se não transitasse pelas duas matrizes teóricas, além da visitação ao objeto empírico.

A interdisciplinaridade em um nível metodológico

Um movimento possível de interdisciplinaridade entre EPC e estudos de jornalismo pode se dar em um nível metodológico. Salientarei ao menos dois aspectos possíveis desse diálogo. Inicialmente, ao reforçar que, metodologicamente, ambos podem ser tomados como complementaridade, o que poderia ser considerado um ponto favorável a esta aproximação. Após, discutiremos ainda se os métodos lógicos de pensamento das duas tradições teóricas apresentam fundamentos diversos, o que pode ser considerado um desafio a superar.

No primeiro caso, uma das formas possíveis de interdisciplinaridade estaria não na fusão ou reformulação de conceitos centrais das duas perspectivas, mas nos modos como os conceitos poderiam operar em forma de complementaridade. Conforme descrevemos anteriormente, as categorias mais recorrentes da EPC operam em um nível macro (mercantilização da informação e da cultura, convergência, formação de conglomerados, concentração e monopolização, flexibilização dos processos, multimídiação, entre outros), descrevendo processos estruturais em vários aspectos da sociedade, economia, tecnologia, política e cultura.

Diferentemente, as teorias do jornalismo operam uma perspectiva predominantemente micro social do fenômeno. Sendo a organização jornalística um dos fenômenos estruturantes do processo e do produto jornalístico, é no seu interior e também no interior da comunidade de jornalistas que são investigados e formulada a maioria dos



conceitos e categorias de análise dos estudos sobre jornalismo (investigações sobre a noticiabilidade, a constituição de conceitos fundantes da atividade, características do processo e do produto, relações destes com seus públicos, entre outros).

Ainda assim, a construção de uma Economia Política do Jornalismo exige uma articulação refinada teórico-metodológica que alcance mais do que uma justaposição de perspectivas macro e micro sociais, pois é necessário evitar arestas que são inevitáveis em uma perspectiva eclética de mera justaposição de conceitos ou quadros teóricos.

Um segundo âmbito da discussão metodológica situa-se ao nível que mencionamos anteriormente como uma abordagem reflexiva sobre o método lógico que sustenta a articulação entre saberes – um método lógico que operacionaliza a interpretação da realidade. Apesar de a EPC ter diferentes escolas e correntes, iremos nos referir à vertente crítica para nela localizar uma presença dominante do método crítico dialético, que possibilita um movimento dedutivo de investigação e demonstração dos conflitos e contradições inerentes ao avanço do capitalismo e da manifestação desses processos no universo das indústrias culturais, particularmente a jornalística.

Esta vertente crítica operando o método dialético é apenas parcialmente fecunda para pensar o jornalismo. Isto porque os métodos lógicos utilizados historicamente na constituição dos estudos em jornalismo têm origens e raízes diversificadas, gerando portanto modos diversos de investigação e interpretação do fenômeno. Dentre esses métodos de interpretação que fundamentam os estudos sobre jornalismo, podemos citar métodos sistêmicos, hermenêuticos, dialógicos ou cognitivos para pensar fenômenos vinculados a perspectivas construcionistas (culturalistas ou organizacionais), perspectivas interacionais do processo de produção jornalística e perspectivas do conhecimento a partir da consideração de processos e fenômenos afetados por ordens conceituais, tecnologias e técnicas de construção do conhecimento.



Assim, pensar a Economia Política do Jornalismo como uma área interdisciplinar consistente demanda rever os fundamentos metodológicos que irão dar uma coesão e coerência ao conhecimento produzido.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos discutir as possibilidades de constituir uma nova perspectiva de estudo, a se denominar Economia Política do Jornalismo, oriunda de uma rica interação entre Economia Política da Comunicação e estudos de jornalismo. Pensar a formação da EPJ exigiu então visitar bases epistemológicas do conhecimento científico e executar procedimentos analíticos que delimitassem situações de interação, integração, diálogo e aplicação conceitual entre EPC e estudos de jornalismo. Optamos por demonstrar qual é o grau de integração entre essas duas matrizes teóricas para a Economia Política do Jornalismo.

Reconhecemos, por um lado, a densidade teórica, a historicidade e o rigor científico das duas comunidades de pesquisadores de EPC e jornalismo. Em seguida, mostramos as posições análogas das duas perspectivas dentro do campo da comunicação, bem como as tensões e disputas pelo reconhecimento epistemológico e inserção institucional.

Ao discutir tipos de interação entre EPC e jornalismo, visitamos algumas pesquisas realizadas e localizamos a predominância de um modelo de aplicação da EPC aos fenômenos jornalísticos que apresentaram pouca integração disciplinar entre as duas áreas. Além disso, salientamos que o desafio da integração tem também um nível metodológico de resolução. Mesmo assim, localizamos possibilidades reais de construção de uma Economia Política do Jornalismo, a ser resultante de um esforço coletivo das duas comunidades científicas.



Referências

ALBORNOZ, Luis Alfonso. **Los diarios online de información general: el caso de los grandes periódicos en español**. Tese (Doutorado em Comunicación Audiovisual y Publicidad) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2005.

BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A Era Glacial do Jornalismo**. Teorias Sociais da Imprensa. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BOLAÑO, César. **Jornalismo on line: reflexões a partir da Economia Política da Comunicação**. Verso e Reverso. Ano XX, Número 43, 2006. Disponível em Internet: <http://www.unisinos.br/diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=7&s=9&a=60>. Acesso em 4 mar 2010.

_____. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da comunicação: uma contribuição crítica. In.: BOLAÑO, C. (org.). **Comunicação e a crítica da economia política: perspectivas teóricas e epistemológicas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 97-112.

_____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. **Digitalização, flexibilidade e reordenação dos processos jornalísticos**. e-compos - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Nº 2, 2006. Disponível em Internet: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/97/96> . Acesso em 2 fev 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa, Edições



70, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

FONSECA, Virginia P. S. **O jornalismo no conglomerado de mídia - Reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Novas Regras do Método Sociológico - Uma Crítica Positiva das Sociologias Compreensivas**. Lisboa: Gradiva, 1996.

GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido. Fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HARTLEY, John. Os Estudos Culturais e a urgência por interdisciplinaridade: cedo, e não tarde, vamos precisar de uma Ciência da Cultura. **Matrizes**. Ano 5 – nº 1 jul./dez. 2011, p. 11-44.

HOHLFELDT, Antonio. Discutir as relações e não a eventual falta de identidade da comunicação social com outros campos de conhecimento. **E-compós**, 1, dez. 2004. Disponível em Internet: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/16/17>. Acesso em 12 ago. 2012.

HUUTONIEMIA, Katri; KLEIN, Julie; BRUUNC, Henrik; HUKKINENA, Janne. Analyzing interdisciplinarity: Typology and indicators. **Research Policy**, 39, 2010, p. 79–88.





KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÖFFELHOLZ, Martin; ROTHENBERGER, Liane. Continuum eclético, disciplina distinta ou subdomínio dos estudos de comunicação? Considerações teóricas e conclusões empíricas a respeito da disciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade dos estudos de jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. Vol. 7, N.1, 2011, p. 7-31.

LOPES, Maria Immacolata V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Pesquisa em Comunicação - Formulação de um Modelo Metodológico**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). **e-compos - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Nº 1, 2004. Disponível em Internet: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/2/4>. Acesso em 1 out 2009.

MAROCCO, B.; BERGER, C. (org.). **A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais da Imprensa**. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINO, Luiz. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiacêntrico e sociocêntrico. **Eptic - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunica-**





ción, Vol. VII, n. 1, jan. 2005. Disponível na Internet: <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII,n.1,2005/LuizGonzagaMotta.pdf>. Acesso em 25 de fev. 2011.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

SERRA, Sonia. Vertentes da economia política da comunicação e pesquisa do jornalismo. **XV Encontro da Compós**. Bauru (SP), Anais do Encontro, 2006.

SOUZA, Danielle. A Internet como suporte jornalístico em Aracaju: adaptação dos jornais impressos à nova realidade tecnológica e econômica da mídia. **EPTIC - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. VIII, n. 2, 2006. Disponível em Internet: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/284/278>. Acesso em 7 fev. 2011.

SOUZA, Jorge Pedro. Pesquisa em jornalismo: O desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX. **bocc – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2007. Disponível em Internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pesquisa-em-jornalismo.pdf>. Acesso em 05 de jan. 2010.

